

QUEREM ACABAR COM A LEI DO PISO

EXIGIMOS RESPEITO AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO



Nosso apoio à dura greve dos professores do Rio de Janeiro

O piso nacional dos professores da educação básica foi aprovado como um direito que garantisse um valor mínimo de salário para os professores em todo o país.

A lei foi instituída quando o atual governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, era ministro da Educação e sancionada pelo presidente Lula. É uma lei auto aplicável reajustada nos meses de janeiro de acordo com a variação verificada através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

A constitucionalidade dessa lei foi reafirmada pelo Supremo

Tribunal Federal (STF) em 2011, ano em que houve greve dos profissionais da Educação em 19 estados.

Entretanto, inúmeras manobras foram feitas até agora para que não fosse cumprido o piso como valor inicial de carreira, além da efetivação de um desmonte dos planos de carreira. Isto porque cabe aos estados apresentarem planos de carreiras, mas como o valor do custo aluno, mesmo miserável tem sido acima da inflação, todas as manobras vão no sentido do descumprimento da lei.

Agora, querem mudar a lei de vez. O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que criou a lei

quando era ministro, e todos os governadores se juntaram para cobrar do governo federal mudanças na lei do piso salarial, rebaixando o reajuste para o INPC. Pelas regras atuais, o reajuste do piso (hoje em R\$ 1.567,00) para o ano de 2014 seria de 19%. Mas eles querem pagar apenas 7,97%, de acordo com o documento entregue ao Executivo na semana retrasada, assinado pelos 27 governadores, com uma nova proposta de cálculo.

E tudo isso está acontecendo com a participação da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Em 2011 para 2012 o reajuste foi de 22,22%, ainda não cumprido

A CSP-Conlutas rechaça essa manobra e chama os trabalhadores em educação a se organizarem e mobilizar-se por:

- ▶ **Aplicação da lei do piso pelo indexador custo-aluno ano;**
- ▶ **Aplicação de um terço de hora atividade;**
- ▶ **Rumo ao piso do Dieese para jornada de 20h.**

na maioria dos estados, em 2013 teria que ser 20,16%. Segundo a própria CNTE, o Ministério da Educação (MEC) manobrou e por portaria e instituiu 7,97%.

Eleger delegados (as) Congresso da CNTE

De 16 a 19 de janeiro de 2014 será realizado o Congresso da CNTE. Mas as assembleias de eleição de delegados já começam a acontecer em breve. Chamamos os lutadores a se elegerem delegados nos estados e municípios que são filiados à entidade. Lá, pretendemos fazer uma forte denúncia e exigência para que as bases da categoria sejam respeitadas.

LUTAR CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO PETRÓLEO É TAREFA DE TODOS NÓS



O anúncio da privatização do petróleo, em 21 de outubro, é um verdadeiro ataque aos interesses do povo brasileiro. A presidente Dilma foi eleita garantindo que privatizar a Petrobrás seria um crime contra a soberania do país. No entanto, quando assume, entrega as nossas riquezas da mesma forma que o governo FHC as entregou para o capital privado – nacional e estrangeiro.

A Petrobrás completa é considerada um orgulho do povo brasileiro como empresa estatal. Atualmente é a maior empresa brasileira. A quarta maior empresa de petróleo do planeta.

E a área de Libra, em 10 anos, será o maior campo produtor do Brasil. O valor de sua produção é estimado em aproximadamente 1,5 trilhão de dólares. Mas seu valor de venda está apontado em 15 bilhões de reais. Ou seja, uma bagatela!

Entregam nossas riquezas para garantir ainda mais lucros para as grandes corporações. Inaceitável!

Por isso, nós professores da CSP-Conlutas estamos na campanha contra a privatização do petróleo e incorporamos o calendário de lutas:

Calendário:

Calendário de luta contra a privatização da Petrobrás

Recentemente foi aprovado um calendário de lutas unificado contra a privatização do leilão do petróleo. Confira o calendário completo e participe!

3 de outubro – No aniversário de 60 anos da Petrobrás, os movimentos sociais realizarão atos pelo país afora e iniciam um acampamento em Brasília. Ato cultural no Rio de Janeiro.

14 a 18 de outubro – A luta contra os leilões de petróleo nos estados.

17 de outubro – Marchas nas principais capitais do país contra o leilão de Libra.

21 de outubro – Grande manifestação nacional contra a entrega da bacia de Libra na cidade onde for realizado o leilão.

Royalties para a educação são migalhas

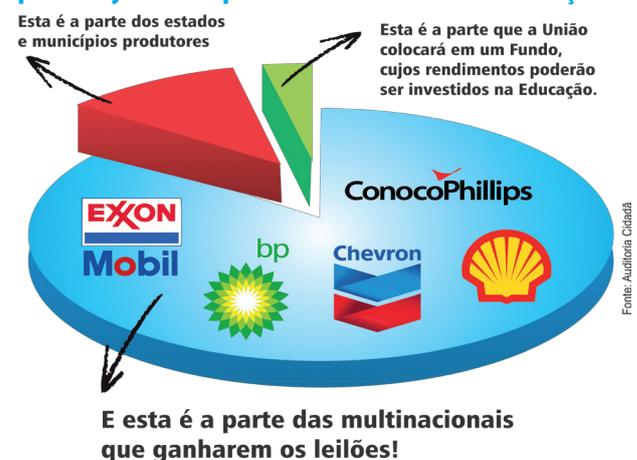
Os royalties são taxas pagas ao governo federal pelas empresas que exploram petróleo como compensação por danos ambientais causados pela extração. Uma lei recentemente aprovada pelo Congresso Nacional destina 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde. Mas tal destinação ocorrerá apenas com os novos contratos de exploração: os poços leiloados a partir de 3/12/2012.

São migalhas perto dos exorbitantes lucros das multinacionais que extraem nossos recursos naturais. Os royalties estão entre 5% a (no máximo) 15% da riqueza gerada com a extração do hidrocarboneto no país. Ou seja, entre 85% e 95% dos recursos do petróleo ficam com as empresas privadas.

Por isso o discurso de que entrará dinheiro para a educação e saúde não cola. Dilma quer usar nossa reivindicação de mais verbas públicas para a educação, com o intuito de seguir privatizando o petróleo brasileiro. Em 2013, os recursos dos royalties serão equivalentes a (acreditem) 0,02% do PIB. Em 2022, alcançariam a “estrondosa” porcentagem de 1,6% do PIB – isso na melhor das hipóteses. Levando-se em conta que, atualmente o país investe cerca de 5% do PIB (Produto Interno Bruto) na educação, a depender dos royalties estaremos muito longe do investimento necessário para um ensino de qualidade.

Por isso, para começar a resolver o problema da educação no Brasil, exigimos 10% do PIB para a educação já!

Veja como é uma enganação esse discurso do governo de que os royalties do petróleo vão alavancar a educação:



Todo apoio aos professores em greve



Greve do RS cobrou o piso nacional de Tarso Genro

Professores da rede estadual e municipal têm protagonizado duras greves em diversos estados. Vimos recentemente no Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, onde quem governa é Tarso Genro, o mesmo que propôs o piso nacional e agora não quer pagar. Professores de Belém e de Teresina estão em greve, assim como os professores das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro, que enfrentam uma forte repressão policial.

Manifestamos todo o nosso apoio a essas lutas, assim como às greves dos bancários, trabalhadores dos Correios, metalúrgicos do interior de São Paulo. Todos em campanha salarial!

Há muitas lutas acontecendo. Cabe a nós apoiá-las e defender unificação das lutas onde for possível.